



OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS: UMA ANÁLISE LOGÍSTICA DOS SISTEMAS DE APOIO DA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO

Cap QMB Felipe de Oliveira Catucá
Cel Inf Eraldo Francisco dos Santos Filho

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar contribuições no que tange ao apoio logístico no contexto de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. Tem como escopo a interoperabilidade com os meios civis atuando em consonância com os meios logísticos militares em ambiente situacional assimétrico. O estudo analisa transversalmente todo o espectro da operação, buscando analisar logisticamente os fatores intervenientes, diretos e indiretos que interferem em uma atuação. O trabalho foi baseado em uma revisão de literatura e documental, tendo normas do Exército Brasileiro e das Forças Armadas, além de relatórios logísticos, artigos científicos, material bibliográfico militar, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso para calcar a pesquisa. Para mensurar qualitativamente e quantitativamente, foram utilizados instrumentos de entrevista e questionário de forma a avaliar a efetividade do apoio logístico civil coadunado com o militar em operações de alta complexidade em área humanizada. Como um dos objetivos de evolução doutrinária, foram entrevistadas duas veterinárias militares, de forma a verificar as capacidades e viabilidades do emprego dessa especialidade em operações dessa natureza. Tais condicio-

nantes exigem que a logística desenvolva um suporte coeso e altamente operacional baseado no conceito de logística na medida certa. Após análise de diversos indicadores, estabeleceu-se, na parte conclusiva da pesquisa, sugestões e recomendações para os chefes e gestores logísticos que irão desempenhar funções de decisão na esfera de suporte, contribuindo com a evolução doutrinária acerca da logística que assiste a Força Militar em uma Operação de Cooperação e Coordenação com Agências.

Palavras-chave: *Logística Militar. Ambiente Urbano. Operações Interagências.*

ABSTRACT

This research aims to present contributions regarding logistics support in the context of Cooperation and Coordination Operations with Agencies. Its scope is interoperability with civilian media acting in line with military logistics in an asymmetric situational environment. The study analyzes across the entire spectrum of the operation, seeking to logistically analyze the intervening factors, direct and indirect that interfere in a performance. The work was based on a literature and documentary review, having Brazilian Army and Armed Forces norms, as well as logistic reports, scientific articles, military bibliographic material, theses, disserta-

tions and course conclusion papers to stop the research. To measure qualitatively and quantitatively, interview and questionnaire instruments were used to evaluate the effectiveness of civilian logistical support co-directed with the military in highly complex operations in a humanized area. As one of the objectives of doctrinal evolution, two military veterinarians were interviewed, in order to verify the capabilities and feasibilities of using this specialty in operations of this nature. Such constraints require logistics to develop cohesive and highly operational support based on the right logistics concept. After analyzing several indicators and ending the research, suggestions and recommendations were established for the chiefs and logistics managers who will perform decision-making functions in the support sphere, and contributing to the doctrinal evolution regarding the logistics that assists the Military Force in a Cooperation and Coordination with Agencies.

KEYWORDS: *Military Logistics. Urban environment. Interagency Operations*

1 INTRODUÇÃO

Valendo-se do conceito atual de interoperabilidade, a logística moderna é estruturada de forma que os meios logísticos de origem civil e militar empregados num mesmo contexto possam atuar de forma conjunta, incrementando suas capacidades de apoio (ALENCAR, 2014).

Os desafios de um eficiente e coeso apoio à Força Terrestre trazem, de forma substancial, características como: flexibilidade e adaptabilidade. Castro (2003) exemplifica de forma clara em seu artigo sobre as Operações “Desert-Shield” e “Desert Storm”, ambas na região do Golfo Pérsico nos anos 1990 e 2003, quando o Exército Norte-Americano enfrentou grandes dificuldades em operacionalizar a logística, e utilizou o apoio de empresas civis, por meio da

contratação, para estruturar a missão, pois os meios orgânicos militares não eram suficientes.

A conjuntura de emprego do Exército Brasileiro (EB) em variadas missões, principalmente, em situação de não guerra, como nas operações de cooperação e coordenação com agências (OCCA), tem sido uma constante nas cidades brasileiras.

Nesse contexto, nos últimos anos, a maioria dessas operações foram com ênfase em garantia da lei e da ordem (GLO), coordenadas com outros órgãos governamentais, em benefício da sociedade. Essas operações se caracterizam por não ter um oponente claramente identificado e, geralmente, ocorrerem em um ambiente complexo, evocadas como uma atribuição subsidiária das Forças Armadas (FA) (BRASIL, 2017b, p. 3-15).

O suporte logístico prestado ao primeiro contingente atuante no complexo de comunidades da Maré, na Operação São Francisco, foi estruturado pelo 20º Batalhão Logístico Paraquedista, com a formação de um destacamento logístico (Dst Log) (ESCOTO, 2015) no apoio ao conjunto (BRASIL, 2018a, p. 2-7).

O Manual de Campanha de Logística Militar Terrestre (BRASIL, 2018a, p. 2-20) aborda que deve ser buscada a ampliação da participação civil no apoio logístico à F Ter, por meio do estabelecimento de convênios, contratação e terceirização como uma forma de potencializar as capacidades logísticas; “O emprego de pessoal civil no nível tático será excepcional e condicionado à análise de logística do processo de planejamento e condução das operações terrestres.”

Alicerçado nos fundamentos atuais de planejamento e valendo-se dos princípios logísticos de previsão, continuidade, controle, coordenação, cooperação, eficiência, flexibilidade, oportunidade, segurança e simplicidade (BRASIL, 2016), o estudo objetivou solucionar o problema: qual a influência da utilização de recursos civis na prestação do apoio logístico à Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt), durante a Ope-



ração São Francisco, na função logística suprimento (Classe I) e recursos humanos?

O trabalho teve como objetivo geral criar um caderno de instrução direcionado às funções logísticas suprimento e recursos humanos para incrementar o usufruto de meios civis contratados na prestação do apoio logístico a uma brigada de infantaria em operações de cooperação e coordenação com agências (OCCA), desenvolvendo transversalmente sobre fatores intervenientes como as interferências advindas da localidade, população e dos riscos táticos potencialmente admissíveis.

O estudo compreendeu o período em que a operação esteve sob coordenação da Brigada de Infantaria Paraquedista, levando em consideração o tempo de acionamento da tropa, no dia 21 de março de 2014, até a saída da área de pacificação, em maio do mesmo ano, tendo em vista rodízio com outros contingentes.

A intenção do estudo foi realçada pelo emprego rotineiro das Forças Armadas nas ações subsidiárias. As solicitações em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) e operações de apoio aos órgãos governamentais têm ganhado grande destaque no cenário nacional e internacional, principalmente por conta da exposição midiática que essas atuações carregam.

Vale ressaltar que o escopo do trabalho visou contribuir com mais um instrumento de consulta e subsídio para orientação dos gestores de um comando logístico ativado, quando da deflagração de uma operação que tenha características tático-operacionais similares ao ambiente assimétrico, em que a tropa desdobra-se dentro de sua zona de ação, sendo assistida por meios logísticos civis e militares, buscando a manutenção da ação da tropa nas melhores condições operativas.

No Complexo da Maré, Escoto (2015) cita a contratação de alguns tipos de serviços como: locação e manutenção de banheiros químicos - que foram alocados em diversas bases de forçastarefa (FT) distribuídas na zona de ação (ZA); locação de contêineres sanitários, que eram utilizados para a higiene da tropa, e o for-

necimento de gelo, que é um item com características especiais, por se tratar de um material de consumo com volatilidade alta, principalmente, pelo fato da localidade ficar em uma região que possui temperaturas elevadas durante todo o ano (SANTANNA NETO, 2005, p. 55).

Em suma, a contratação de recursos civis visa incrementar as capacidades de apoio e fornecer meios para o aumento do emprego da tropa. Dessa maneira, a pesquisa fomenta a análise do uso ou não, de estruturas ou serviços não militares em OCCA. Tendo como objetivo estabelecer normas e condutas reunidas em um caderno de instrução para casos de utilização de operadores logísticos civis neste tipo de operação.

2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido com abordagem do tipo estudo de caso sob a forma qualitativa, utilizando para isso o contingente da Brigada de Infantaria Paraquedista em atuação no Complexo da Maré. A natureza da pesquisa foi a aplicada com o objetivo geral descritivo.

Com a intenção de desenvolver o conhecimento, utilizou-se dois vetores de procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, por meio de consulta a sites, dissertações, monografias, artigos e livros relativos ao tema; pesquisa documental, por meio da consulta aos relatórios da Operação São Francisco. Esses procedimentos permitiram angariar o arcabouço teórico de informações e conhecimentos para a criticidade do estudo, resultando em uma análise argumentativa e coerente no que concerne ao tema em questão.

No que tange aos instrumentos, optou-se pelo questionário e pela entrevista com a intenção de angariar informações e opiniões para, por fim, validar ou não as conjecturas estabelecidas pelo objetivo do estudo.

O questionário foi aplicado a todos os militares envolvidos na logística da operação durante o emprego da Bda Inf Pqdt. De forma complementar ao estudo, foram entrevistados



dades. Um setor era controlado pela milícia, compreendendo basicamente o arredor da praia de Ramos; a parte central, compreendendo os espaços entre o Parque União e a Nova Holanda, pela facção Comando Vermelho (CV); por fim, a facção Terceiro Comando Puro (TCP), com as adjacências da Baixa do Sapateiro, Morro do Tambaú e Vila do João.

Em entrevista à Revista Doutrina Militar Terrestre, Escoto (2015, p. 9) detalha o estado final desejado (EFD) para a Operação São Francisco, tais como o apoio irrestrito e invariável da população local, a desarticulação e a fragmentação das facções criminosas mandantes na localidade. Dessa forma, em um ambiente de conjuntura estável, seria possível estabelecer condições para a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que era um objetivo estratégico e político da operação.

Pelo fato de não existirem instalações que comportassem ou que possuíssem estrutura adequada para a tropa empregada, a solução foi a distribuição do contingente em instalações do EB e FAB na região e em áreas de empresas civis na localidade, que acataram o apoio à Operação (ESCOTO. 2016).

O grande espectro das operações foi caracterizado por patrulhamentos diurnos, com diversos níveis de escalonamento de pessoal e por modais variados. Incurões a pé, por botes nas linhas fluviais, por motocicleta até o nível de viaturas mecanizadas. Houve instalação de pontos fortes, postos de bloqueio e controle de vias (PBCV) com a realização de revistas e ações de busca e apreensão. Foram depreendidas ações que buscassem, constantemente, a surpresa e o dinamismo; a aleatoriedade de itinerários, das ações táticas

cas e horários de acontecimentos das incurões, substituições inopinadas são exemplos de rotinas empregadas na Maré (ESCOTO, 2015).

3.3 A logística na Operação São Francisco

No contexto da Operação São Francisco, a estrutura logística fora subdividida em 2 (dois) escalões, um avançado e um recuado. A forma de suporte prestado foi o apoio ao conjunto¹ prestado cerradamente pelo Destacamento de Apoio Logístico do 20º Batalhão Logístico Paraquedista (Dst Log/ 20º B Log Pqdt).

Algumas funções logísticas foram desenvolvidas, eminentemente pelo vetor militar, com o desdobramento de: 1 (um) posto de saúde; 1 (um) posto de distribuição classe III (P Dstr Cl III) com grande suporte e distribuição de combustível e lubrificantes, com seus meios desdobrados para realização de manutenção das viaturas da operação; 1 (uma) seção de evacuação com o apoio de transporte com viaturas de transporte convencional e viaturas especializadas. Foi mobiliado 01 (um) posto de distribuição classe V (P Distr Cl V /munição), também mobiliou um

Desdobramento logístico

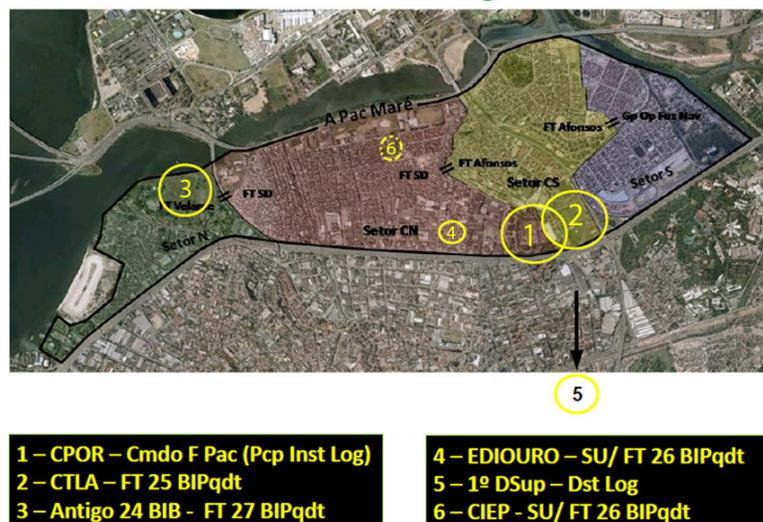


Figura 1: Posicionamento das bases distribuídas pelo Complexo da Maré
Fonte: Brasil (2014g)

¹ É aquele proporcionado por um elemento de apoio logístico em relação a todos ou aos vários elementos apoiados com os quais possui vinculação específica. Nessa situação, o Cmt Ap Log pode exercer efetivo controle sobre as ações logísticas e sobre os meios de apoio. As prioridades dos trabalhos e os limites do apoio logístico são estabelecidos pelo Cmt Ap Log

posto de distribuição de outras classes, em apoio à função logística recursos humanos, operando uma lavanderia (BRASIL, 2014f).

Na figura 1, apresentamos o desdobramento das bases na operação.

O escalão recuado continha uma quantidade maior de instalações logísticas em apoio- o 1º D Sup, DCMun, HCE, HGuRJ, 20º Batalhão Logístico Paraquedista e Base de Apoio Logístico do Exército - para assistir 5 (cinco) bases de operações desdobradas.

Para o momento de prontidão, cerco e investimento, as tropas foram supridas em suas organizações militares de origem, conduzindo ração operacional R2-A. Tudo visando à surpresa e à saturação de área nas diversas vias de acesso (VA). Houve, inclusive, o estudo de infiltração aérea, em que se realizou salto livre operacional. O planejamento contou com o uso das instalações do CPOR/RJ e do antigo 24º BIB como ponto forte das tropas, com uma base provisória para o estabelecimento dos meios de comando e controle, alojamentos, alimentação, saúde, estacionamento de viaturas e um ponto provisório de P Dstr Cl III. Parte da Vila Olímpica da Maré serviu como base de apoio permanente, além do Depósito Central da Aeronáutica, como outras bases de apoio para essa fase (BRASIL, 2014a).

Após investimento e ocupação de todos os pontos das comunidades com relativa estabilização, foram iniciados os processos de melhoria e readequação logísticas. As linhas de ação logísticas adotadas na fase de planejamento que antecedeu a ocupação foram revistas, tendo em vista a melhoria das condições dos militares e, conseqüentemente, do incremento da operacionalidade e poder de combate da tropa paraquedista. As alterações foram transversais a todas as funções logísticas (BRASIL, 2014f).

A interoperabilidade civil e militar foram elementos protagonistas em diversas situações no Complexo da Maré. O CPOR/RJ e o Centro de Transporte e Logística da Aeronáutica (CTLA) comportaram, espalhados por suas instalações, parte do efetivo empregado. Mas,

em virtude da grande demanda e necessidade de espaço, e também, adequação operacional, foram adotadas diversas medidas. Alojamentos e instalações foram divididos e a tropa utilizou barracas do tipo 10 praças. Posteriormente, a Base de Apoio Logístico do Exército cedeu barracas repatriadas da missão no Haiti, com capacidade maior e melhores condições. A interoperabilidade com o vetor civil se fez presente em diversas ocasiões, como na utilização das instalações do depósito da Gráfica Ediouro por 1 (uma) subunidade da Força-Tarefa Santos Dumont e dos espaços do Clube São Cristóvão por outra SU. Apenas de uma SU com cerca de 110 militares estavam com sua base dentro de sua área de atuação. Estrategicamente, a linha de ação tomada facilitou a operatividade da tropa (BRASIL, 2014f).

As edificações do antigo 24º BIB, que estavam desativadas, foram colocadas em uso. A Força-Tarefa Velame desdobrou seus meios e sua base passou a operar daquele ponto, valendo-se do conceito de saturação e imersão na área de operações, como elemento preponderante para o sucesso na missão. O Dst Log/20º B Log Pqdt, que inicialmente estava com seus meios desdobrados no interior do CPOR/RJ, estrategicamente, a partir de 19 de abril foi redirecionado para operar, a partir do 1º D Sup/RJ (BRASIL, 2014f).

O Dst Log/20º B Log Pqdt desenvolveu suas funções logísticas de forma a manter a continuidade do apoio. No Relatório Logístico (BRASIL, 2014i), foi elucidado que as altas temperaturas exigiram medidas peculiares com intenso fornecimento de água, grande dotação de suprimento de gelo e o incremento do serviço de lavagem de roupas desenvolvido pelo P Lav/ 20º B Log Pqdt. Diariamente, eram distribuídas cerca de 2000 (duas mil) garrafas de água e, aproximadamente, 1 (uma) tonelada de gelo oriunda do fornecedor, em dias intercalados. O Dst Log contava, ainda, com uma Vtr frigorífico que operava de maneira estacionária, e realizava a estocagem e distribuição de material descartável para



suprir as áreas de trens (BRASIL,2014c).

Nas fases de investimento, cerco e o início da estabilização das operações, seus meios encontravam-se desdobrados no CPOR/RJ, dentro da zona de ação. A unidade militar é circundada pela Avenida Brasil, Morro do Timbau, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Vila dos Pinheiros e Vila do João, o que tornava a OM um objetivo compensador aos APOP. O recebimento de meios contratados era realizado no interior do aquartelamento, todavia a rota de acesso para chegar até a posição fazia parte do ambiente de patrulhamento (BRASIL, 2014a).

O manual de Doutrina de Logística Militar (BRASIL, 2016) contempla a Tarefa Logística Conjunta (TLC) harmonizada com o que há de mais atual em emprego militar, seja em situação de guerra ou de não guerra. Confrontando a ideia de que instituições vocacionadas, orientadas e com competência para determinada prestação de serviço podem formar uma base de suporte e apoio logístico conjunto, desengajando o Exército de alguns setores e, por conseguinte, culminando num esforço maior em outras funções logísticas.

Apesar da inconstância e insegurança em demandar responsabilidades a entidades externas, a conjuntura de combate atual usufrui substancialmente do emprego da mão de obra não militar de forma a desonerar o encargo dos setores da logística, eminentemente, militares.

Vale ressaltar que, segundo Alencar (2014, p.35):

Os investimentos dos setores empresariais privados são em tecnologia, qualidade e diminuição de custos, em prol de um maior lucro, o que acarreta no fomento crescente e invariável dos processos de gestão de seus meios com o que há de mais avançado, culminando em trâmites qualitativos calcados em menos despesas e com seus cumprimentos de objetivos de forma operativa, e resultando, indiretamente, numa capacidade de auxiliar de forma satisfatória no teatro de operações conjunto.

A atenção com a operação como um todo e com a esfera logística que prestava o suporte à tropa tornou-se um elemento preponderante. Cid e Goldoni (2017, p. 131) afirmam que “para que o trabalho de agentes civis, militares e policiais, além de outros elementos vinculados aos OSOP possa ocorrer, é fundamental que o haja um apoio logístico eficiente e coeso, o que se torna crucial para que as operações se desenvolvam”. A manutenção da logística em favor da ação tática da Bda Inf Pqdt é notória quando Escoto (2015) estabelece a intenção direta de suprimir ou reduzir a liberdade de ação das facções que estabeleciam território naquela localidade. A proposta coadjuvante era a de buscar um ambiente de segurança e estabilidade para os moradores da região.

3.4 Intercorrência logística

As ações dos integrantes do tráfico para dificultar a transitabilidade e o acesso de agentes de segurança eram corriqueiras na região. A tropa atuou, tanto de forma dissuasória, coibindo esse tipo de conduta, quanto de forma corretiva, realizando atividades de mobilidade e contramobilidade desenvolvidas pela Companhia de Engenharia Paraquedista. Dessa forma, contribuiu para que o Estado tivesse condições de assistir os moradores. Condição na qual, o poder paralelo impedia, tendo em vista que a influência do poder governamental no interior da comunidade empobreceria o poder das facções criminosas que subjugavam o morador.

Houve inúmeras denúncias advindas do canal de comunicação “Disque Pacificação” de atos cometidos por criminosos ou por elementos cooptados pelo crime organizado. Eles eram direcionados a agir de forma a aterrorizar a população de diversas formas, chegando a provocar tumultos em regiões com grande concentração de moradores para promulgar ações de forma irregular. No transcórrer do mês de abril de 2014, a Seção de Assuntos Cíveis constatou uma queda substancial na prevalência de atos violentos, resultado da co-

laboração da população local. Entretanto, as facções alteraram a postura passiva, passando a agir de forma ofensiva, conferindo diversos ataques à tropa. Dessa forma, apenas as ações militares não conseguiriam manter o apoio popular, resultando em desgaste pela ausência de ações sociais por parte do vetor civil. A consequência foi “o aumento das ações hostis contra a tropa” (PEREIRA, 2016, p. 83).

Para a logística, a mudança de postura defensiva para ofensiva, com atitudes que colocavam a tropa vulnerável, passou a refletir um ambiente de incerteza, característico das ações irregulares. Em virtude de o Complexo da Maré ser uma localidade eminentemente urbana e com uma densidade populacional alta, as atitudes e ações por parte dos APOP passaram a ser foco do planejamento de segurança.

A terceirização de alguns meios logísticos na Operação São Francisco foi preponderante para o conforto da tropa (ESCOTO, 2015). Entretanto, a dificuldade de acesso à comunidade pelas características da infraestrutura e urbanização da região eram elementos dificultadores para circulação da tropa e dos meios, uma vez que as bases das FT estavam distribuídas pelo Complexo da Maré. Essa condição facilitava as ações de sabotagem e de guerrilha contra a tropa, e, também, para todos aqueles que trabalhavam em favor dela.

As operações de GLO em áreas humanizadas têm trazido à tona as ações subsidiárias das Forças Armadas ao primeiro plano. Com isso, na fase de planejamento, no que se refere à conjuntura tática e à segurança - não só da tropa, mas também dos habitantes da localidade e integrantes de agências envolvidas onde ocorre a intervenção militar - crescem de importância. Pereira (2016, p.16) aborda em seu estudo o fato de que “as atividades que se desenvolvem em terrenos e vias irregulares, como no Complexo da Maré, privam os militares da proteção conferida pelos meios blindados e exigem um elevado grau de administração da incerteza”. Essa colocação é permeável em todos os vetores da atua-

ção militar, principalmente na esfera logística, por seu potencial de grandeza em uma conjuntura situacional de emprego militar.

Consoante com esse entendimento, foi estabelecido pelo comando da operação a restrição ao tráfego de viaturas de maneira isolada na zona de ação. Da mesma forma, foi apresentado ao Comando Logístico alguns critérios sobre o movimento de viaturas, como: o estabelecimento da avenida Brasil como eixo principal de transporte e a determinação para que os deslocamentos logísticos fossem realizados na forma de comboio. Além desses critérios, foi sugerido que as escoltas, a cargo da 4ª Seção, deveriam ter meios adequados com a sensibilidade da missão (BRASIL 2014a).

De igual forma, nos deslocamentos de rotina fora da área de pacificação, ficou estabelecido que deveriam ser utilizadas as vias previamente definidas e intensificados os patrulhamentos no itinerário, com os elementos da polícia do exército, polícias militares e guardas municipais (BRASIL, 2014a).

3.4.1 Atuação do Serviço de Veterinária

O Ministério da Defesa, por meio da Seção de Interoperabilidade em Subsistência e Medicina Operativa (SECISM) da Coordenação de Defesa Alimentar, estabeleceu novos conceitos que possuem relação direta com a temática desenvolvida sobre o amplo espectro da segurança e defesa alimentar. Para isso, é necessário estabelecer algumas diferenças.

A segurança de alimentos diz respeito a um conjunto de medidas ou boas práticas, como as rotinas que buscam prevenir a contaminação acidental, seja ela por inobservâncias ou pelo próprio desconhecimento do operador.

Food safety has its focus on reducing the risk of unintentional contamination in the food supply, be it natural, accidental, a result of negligence or violation of food safety principles due to technical ignorance². (MITENIUS; KENNEDY; BUSTA, 2014).

² A segurança de alimentos tem como foco reduzir o risco de contaminação não intencional no suprimento de alimentos, seja natural, acidental, resultado de negligência ou violação dos princípios de segurança de alimentos devido à ignorância técnica.



Outro conceito, é o de defesa alimentar, que traz em seu cerne o aspecto da prevenção da contaminação intencional da água e alimentos.

Food defense has its focus on the prevention of the intentional contamination of the food supply. Many agents can be used for intentional contamination. In addition to the agents normally identified with food safety, these can include other chemical, biological, physical or even radiological agents. Many potential agents are highly toxic and are not prevented or inactivated by conventional food safety interventions. Most of these potential agents are difficult to detect, or at least difficult to detect when in a variety of foods³ (MITENIUS; KENNEDY; BUSTA, 2014).

Por fim, o conceito de segurança alimentar, que tem correlação direta com a capacidade de acesso das populações ao alimento com qualidade, como um pano de fundo dos outros dois, englobando inclusive, políticas públicas de acesso.

Individual or household food security relating to purchasing power, which is determined by income, access to resources, and affordability of food; regional food security where regions are dependent on key distribution routes for food; national/trading block food security relates to the ability of a country or trading block to assess sufficient foodstuffs, even in the face of severe disruptions to the supply chain; and global food security, that is, the ability of the world's food producers to meet global demand, and ensure the efficiency and effectiveness of global trading and distribution systems. The interconnecting factors that frame food security also influence the opportunities for food crime⁴ (MANNING; SOON, 2016).

Concomitante aos conceitos apresentados, os profissionais de saúde, desenvolvendo o co-

nhecimento na segurança de alimentos (food safety) e, indiretamente, na defesa alimentar (food defense), atuaram como especialistas aptos no assessoramento, de forma técnica e sistemática, sobre as linhas de ação mais adequadas, sob a ótica da higiene e profilaxia de doenças infectocontagiosas e parasitárias comuns, no ambiente coletivo das cozinhas. Além disso, aplicando potencialidades na fiscalização e orientações profiláticas em alojamentos e instalações sanitárias improvisadas, colaboraram com a fiscalização da qualidade dos serviços sanitários terceirizados ao vetor civil na Operação São Francisco (BRASIL, 1999).

Alicerçado na doutrina no nível estratégico-operacional, as Instruções Reguladoras das Atividades de Remonta e Veterinária em Tempo de Paz estabelecem que os comandantes da região militar podem determinar que o batalhão logístico exerça as atribuições de batalhão de suprimento (B Sup), de depósito de suprimento (D Sup) ou de depósito de subsistência concernentes às atividades de veterinária (BRASIL, 1999).

Em virtude da terceirização de alguns serviços e do recebimento direto do fornecedor, conforme o tipo de operação apoiada, alguns critérios técnicos podem ser estabelecidos, influenciando positivamente na qualidade do produto ou assistência recebida. A conjugação do vetor civil e militar, logisticamente, exigem do receptor uma criticidade técnica, como forma de desempenhar sua função virtuosamente.

As medidas preventivas que o veterinário desenvolve na análise e obtenção de gêneros nos laboratórios de inspeção de alimentos e bromatologia (LIAB) podem irradiar para a logística nas operações de cooperação e coordenação com agências, com o uso da lista de verificação das boas práticas, de forma adaptada ao contexto operativo. “Em campanha, essas medidas podem apoiar o processo decisó-

³ A defesa de alimentos tem como foco a prevenção da contaminação intencional do suprimento de alimentos. Muitos agentes podem ser usados para contaminação intencional. Além dos agentes normalmente identificados com segurança alimentar, eles podem incluir outros agentes químicos, biológicos, físicos ou mesmo radiológicos. Muitos agentes em potencial são altamente tóxicos e não são impedidos ou inativados por intervenções convencionais de segurança alimentar. A maioria desses agentes em potencial são difíceis de detectar, ou pelo menos difícil de detectar quando em uma variedade de alimentos.

⁴ A segurança alimentar familiar está relacionada ao poder de compra, que é determinado pela renda, acesso aos recursos e acessibilidade à comida; segurança alimentar regional, em que as regiões dependem das principais rotas de distribuição de alimentos; segurança alimentar nacional / comercial refere-se à capacidade de um país ou bloco comercial de avaliar alimentos, mesmo diante de graves perturbações no fornecimento da cadeia; e segurança alimentar global, ou seja, a capacidade do mundo de produtores de alimentos para atender à demanda global e garantir a eficiência e eficácia dos sistemas globais de comércio e distribuição. Os fatores de interconexão que enquadram a segurança alimentar também influenciam as oportunidades para crimes alimentares.

rio do comandante, por meio de uma matriz de apoio a decisão” (BRASIL, 2015a, p. 59 a 65).

Desse modo, as capacidades técnicas dos veterinários permitem potencializar as rotinas logísticas, por meio da verificação sistemática das vulnerabilidades na qualidade e no armazenamento de gêneros, nas fases de planejamento, prontidão, engajamento e estabilização, como no caso da operação em questão.

O Relatório Logístico da Operação São Francisco (BRASIL, 2014i) sugeriu processos de melhoria contínuo das condições gerais dos militares em serviço. Nessa seara, Brasil (2015a, p. 31) enfatiza que:

o veterinário pode apoiar nas avaliações qualitativas, quantitativas e sensoriais e orientar sobre o recebimento do serviço terceirizado, como as condições das embalagens (integridade e rotulagem), dos veículos utilizados no transporte e temperatura de fornecimento.

3.4.2 Fatores intervenientes: cultura, influências, inteligência e o 4º Poder - imprensa

Pereira (2016) discorre sobre o canal de comunicação criado para a comunidade da Maré, que era o “Disque-Pacificação (021-3105-9717)”, que servia como um instrumento de denúncia formal, mas possuía, indiretamente, uma importância grande que era de promulgar na população um viés de responsabilidade para a melhoria geral da Maré. Dessa forma, a sensibilização do morador e da mídia foi fundamental para a operação.

A complexidade da Operação São Francisco não se eximiu ao viés tático-operacional. As operações interagências permeavam diversas dimensões. Um aspecto relevante que foi exposto pelo Relatório Logístico da Operação (BRASIL, 2014i) diz respeito à população local que demonstrava características de submissão aos desígnios do narcotráfico mandante na região. Presumiu-se que essa resposta foi resultante de uma ausência

do Estado ao longo de anos, no que diz respeito aos aspectos de cidadania ofertados pelo governo. Contudo, de maneira geral, a operação recebeu amplo apoio da sociedade.

O espectro psicossocial foi um dos pontos basilares das ações, uma vez que a conquista da confiança da população era um objetivo estratégico. Pereira (2016, p. 19) discorre que “a forma como a população encara as ações influencia sobremaneira na conjuntura situacional, atrela ainda a ideia de que não podem ser pautadas apenas pelo emprego da força”. É importante constituir uma equipe preparada para intermediar e realizar o mapeamento dos pontos de atuação. Além disso, cada militar deve ser capaz de refinar os anseios e intenções dos habitantes da localidade, para, posteriormente, serem um canal de comunicação para o Estado.

A atuação dos órgãos públicos estaduais e municipais trabalhou de maneira paralela ao vetor militar. Este priorizou o apoio de segurança para implantação dos serviços direcionados ao cidadão da comunidade. Houve uma conscientização por parte dos moradores que existia um canal de comunicação com o Estado, o que fortaleceu a imagem da Força e contribuiu para o rompimento do poder clandestino imposto sobre os moradores, como por exemplo: a proibição de acesso aos serviços elementares como de fornecimento de gás, energia elétrica e internet (PEREIRA, 2016).

No contexto das operações interagências no Complexo da Maré, embora o vetor civil desenvolva seus trabalhos horizontalmente ao segmento militar, trabalhando de forma independente, sob égide de seus afazeres e métodos de labor, as Forças Armadas continham a “responsabilidade da segurança indireta” dos moradores no seu arcabouço de atribuições. Sob a ótica da opinião pública, estava mobilizada a todo instante em ganhar corações e mentes, e tornou-se alicerce fundamental de uma operação militar. Desse modo, as repercussões de todo e qualquer acontecimento eram divulgados pela mídia instantaneamente (PEREIRA, 2016).



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção objetiva apresentar os resultados alcançados por intermédio dos instrumentos de pesquisa, dentre os quais, foram utilizados a revisão da literatura, com foco na pesquisa bibliográfica, das entrevistas realizadas e dos questionários aplicados. Além disso, os dados coletados nos questionários foram comparados com as opiniões dos comandantes e com a doutrina que fundamentou o trabalho.

A confluência dos instrumentos será responsável pela conclusão da pesquisa, solucionando o problema estabelecido por este autor, tendo, por fim, a indicação de novas pesquisas acerca do tema logística nas operações.

Durante o transcorrer dos estudos, foi perceptível que a opinião dos entrevistados, juntamente, com o material encontrado para fundamentar a escrituração é unânime no que tange ao usufruto de mão de obra civil nas operações militares, inclusive, desenvolvida nos manuais mais atuais de logística do Exército Brasileiro, quando discorrem sobre terceirização de vetores logísticos. A “terceirização da guerra” como trata Oliveira (2010) é notória e, atualmente, indispensável nas operações militares no Brasil e por outros exércitos ao redor do mundo.

Concernente com a metodologia auferida no item 2, a população de militares propostos como universo foi atingido totalmente. A entrevista 1 (com 5 respondentes) e o questionário com foco na Logística da Operação São Francisco (com 19 respondentes); e a entrevista 2 (com 2 respondentes) direcionada aos médicos veterinários do Exército Brasileiro com objetivo de discorrer sobre as capacidades desses profissionais nas bases de força-tarefa, com a intenção de subsidiar os hiatos doutrinários e expor oportunidades de melhoria para um desdobramento futuro.

O desenvolvimento da Operação São Francisco esteve inserido dentro do conceito tácito de conflito assimétrico e das operações de cooperação e coordenação com agências, com o emprego de operações de

garantia da lei e da ordem, em uma área difusa, não linear, com trabalho de variadas agências e num contexto completamente urbano, humanizado, onde o Exército Brasileiro e o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil atuaram de forma diuturna, sob o escrutínio da opinião pública e da mídia.

Apesar da complexidade estratégica de atuação que a Força esteve imersa, a intenção do Cmt Bda Inf Pqdt foi atuar, ininterruptamente, com a população local como parte da solução do problema, orientando para que as coordenações e operações transcendessem a esfera militar e abarcassem outras esferas, como a social, psicológica e cultural. O resultado foi a implementação das atividades coletivas, em que foi possível a convivência pacífica de pessoas de comunidades tidas como rivais.

A solicitação política de apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro ao Governo Federal na área de comunidades do Complexo da Maré foi atendida com êxito, exigindo um planejamento com características de flexibilidade, adaptabilidade, coesão, praticidade e simplicidade. Essas condicionantes inferiram sobre a logística da operação que se moldou a todo o contexto para o suporte geral dos militares que operavam nas quinze comunidades do Complexo da Maré.

A consciência situacional momentânea e pontual ganhou lugar de destaque nos planejamentos de estado-maior, uma vez que cada subárea de responsabilidade apresentava níveis de periculosidade distintos; seja por meio do grau de influência dos APOP sobre os moradores do local, seja pelo nível de satisfação e empatia dos moradores com a Força, que permaneceu presente em todas as vias da região.

Assim, as variáveis conduziram o planejamento e execução logística em três fases: prontidão, investimento e manutenção. O estudo sobre as linhas de ação logísticas adotadas no suporte operativo desse tipo de operação indicou que, na fase de manutenção, a terceirização da alimentação atenderia em melhores condições, considerando,

também, a segurança, conforto, adequabilidade e salubridade. Portanto, infere-se que a inserção do vetor civil nessa fase contribui na atuação da componente militar.

A análise das demais fases ratificaram pontos de inflexão logística, pois são extremamente variáveis, principalmente na fase de investimento. As respostas indicaram que não existe a melhor linha de ação nesse quesito, pois é mutável em função do local, tempo e outras condições do ambiente operacional. Em contrapartida, para a fase de prontidão, é unânime em ratificar o consumo da ração R1 e da cocção pelas cozinhas da própria grande unidade.

Em um compêndio de opiniões sobre o setor privado operando em consonância com a logística militar, a pesquisa suscitou uma visão difusa quanto ao emprego de civis na zona de ação. Ao mesmo tempo em que as respostas indicam a premência do suporte civil, outRASatentaram para os cuidados atinentes a essa linha de ação. Por vezes, dependendo da tarefa logística, as respostas indicaram um modo operativo misto, com a tarefa sendo desempenhada por civis com o emprego parcial dos militares, particularmente, na segurança.

Produto de diversos indicadores como as possibilidades do inimigo, fiscalização, adequabilidade, aproveitamento de recursos locais, salubridade e meios militares empregados, a pesquisa identificou, como oportunidade de melhoria, que a atuação do veterinário militar ao destacamento logístico ativado é muito positiva, conforme as opiniões coletadas nas entrevistas, podendo apoiar tanto a Função Logística Recursos Humanos, como a Função Suprimento (Classe I - água).

5 CONCLUSÃO

O aumento da consciência situacional logística nas operações de amplo espectro e a implementação de oportunidades de melhoria nos modais de apoio foram abordados na pesquisa, que teve como caso de estudo a execução da manobra logística na Operação São Francis-

co, cujos ensinamentos foram sintetizados em um caderno de instrução com recomendações para o desdobramento logístico em áreas urbanas e densamente humanizadas, no contexto das operações de cooperação e coordenação com agências e de garantia da lei e da ordem.

As ideias apresentadas não esgotam as concepções sobre as variáveis que transcendem a Operação São Francisco e servem para angariar novas ferramentas, visando colaborar com os futuros planejamentos logísticos, a partir dos conhecimentos aprendidos em uma área urbana extensa, densamente habitada e com condicionantes complexas, e cujo curso das operações foi acompanhado pela sociedade civil e a mídia.

A problemática contribuiu com o entendimento do cenário complexo da execução das atividades logísticas. O resultado da pesquisa prediz que, de forma geral, o suporte logístico privado contribui, indiscutivelmente, para o sucesso de qualquer operação militar, como foi o caso do emprego de operadores logísticos civis no Complexo da Maré, aumentando o poder operativo da tropa e desonerando de atividades secundárias.

Um óbice encontrado na exploração do problema de pesquisa foi a carência de trabalhos com o detalhamento das tarefas logísticas no nível tático. É fato que a quantidade de artigos e publicações que abordam a temática de suporte às operações militares é vultosa e abrangem diversos aspectos, entretanto, grande parte deles discorrem sobre os graus estratégico e político.

5.1 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa descreve os ensinamentos sobre o suporte prestado aos militares engajados em operações militares em um quadro de não guerra, por meio de observações sobre a importância da terceirização das atividades logísticas na Operação São Francisco.

Cabe ressaltar que, além de todas as condicionantes que interferem em uma operação, uma variável sensível, que deve ser dissecada



em estudos posteriores, é a cultura dos militares em relação à terceirização de algumas funções. Exemplificado na revisão de literatura deste estudo, a utilização do vetor civil para o cumprimento de diversas tarefas logísticas, ainda é percebida, comumente, de maneira intangível para o militar brasileiro em algumas funções logísticas, cabendo um parecer estereotipado ou culturalmente negativo dentro da Força. Para que isso se altere, é necessária uma conscientização geral, amparado por critérios técnicos de formulação de editais condizentes com os detalhamentos e peculiaridades que uma missão militar exige.

O detalhamento acerca de operações com suscetibilidade de emprego por tempo superior a seis meses é recomendável aprofundamento de estudos sobre a terceirização de módulos semipermanentes de cozinhas. Tais estruturas favorecem a logística de confecção de alimentos, respondendo positivamente a diversos indicadores elencados no estudo para averiguação. Cabe salientar a necessidade de criação de uma lista de boas práticas ou procedimentos operacionais padrão para desdobramento de cozinhas improvisadas, com normatizações que visem ao cumprimento da missão em locais adaptados e fora das estruturas físicas ideais.

Na esfera administrativa, o trabalho sugere estudos com aprofundamento nos ditames gerenciais que envolvem as contratações de empresas para desempenho logístico em operações de cooperação e coordenação com agências, com diversos nichos de investigação, como: a formação de unidades gestoras temporárias para o desembaraço administrativo, a reunião (listagem) constante de empresas com capacidade técnica e capilarização que as habilite atuar dentro do território nacional com expertise para isso; incremento de mais tarefas logísticas com permeabilidade para desempenho pelo meio civil; constante atualização e incremento das tarefas logísticas tidas como resoluções de sucesso e indispensáveis em operações dessa natureza, como as sanitárias e as de Classe I (água).

Ao concluir o estudo, é mister afirmar que as variáveis que permeiam a logística são mutáveis, complexas e evolutivas. Há de se convir que a Doutrina Militar Terrestre deve buscar incessantemente o amadurecimento e aprimoramento à medida que as operações acontecem. Destarte ao que foi auferido, os estudos de caso favorecem a ampliação do conhecimento e permitem que óbices sejam dissecados e que as soluções possam ser detalhadas e perpassadas para futuros chefes e gestores logísticos em atuações vindouras.

A interoperabilidade logística civil-militar carrega dois pontos de fundamental análise: ratificar que os meios de suporte foram preponderantes para o incremento das condições de apoio da tropa e indelével para o aumento da capacidade operacional da Brigada de Infantaria Paraquedista, auferindo reflexos efetivos e acendrados com os objetivos da Força de Terrestre; além de permitir que modais de sucesso executados pelos vetores privados sirvam de exemplo de expertise a serem adaptadas para a esfera bélica.

A euforia de resultados logísticos melhores, modulares e eficazes deve ser uma constante fonte para evolução dos sistemas de apoio, seja ele por meio da terceirização ou emprego de militares, em qualquer atuação, seja em território nacional ou internacional, seja em operações convencionais ou não convencionais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Thales Mota de. **A gestão de suprimento Classe V (Munição) no Exército Brasileiro adequada ao tempo de paz**. 2014. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Exército. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Apoio Logístico à Força de Pacificação Maré**. Rio de Janeiro.2014a. Palestra ministrada ao Comando Logístico do Exército Brasileiro (COLOG).

_____. _____. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Estudo de Situação Logística da Força de Pacificação Maré**. Rio de Janeiro.2014b. Relatório exposto ao Comando da Força de Pacificação Maré.

_____. _____. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Força de Pacificação Maré**. Rio de Janeiro.2014c. Palestra ministrada ao Comando da 6ª Brigada de Infantaria Blindada.

_____. _____. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Força de Pacificação São Francisco - 4ª Seção CML**. Rio de Janeiro.2014d. Palestra ministrada ao Comando Militar do Leste (aspectos preliminares).

_____. _____. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Levantamento de Recursos para a FPac Maré**. Rio de Janeiro.2014e. Relatório exposto ao Comando da Força de Pacificação Maré.

_____. _____. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Logística**. Rio de Janeiro.2014f. Apresentação exposta ao Comando da Força de Pacificação Maré acerca da temática logística da operação.

_____. _____. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Ordem de Operações Força de Pacificação Maré**. Rio de Janeiro.2014g. Ordem emanada pelo Comando da Brigada paraquedista aos elementos subordinados.

_____. _____. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Ordem Preparatória Maré**. Rio de Janeiro, 2014h. 43 slides, color. Exposição ministrada aos Comandantes de Organizações Militares Paraquedistas e ao Comando do Destacamento Operativo de Fuzileiros Navais.

_____. _____. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Relatório Logístico Final Força Pacificação Maré**. Rio de Janeiro. 2014i

_____. Exército. Ministério da Defesa. **EB-70-MC10.238**: Manual de Campanha Logística Militar Terrestre. Brasília, ed. 1, 2018a.

_____. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 171, 3 set. 2004. Seção 1, p. 2.

_____. Ministério da Defesa. **Diretriz Ministerial nº 8 / 2014**. Relator: Celso Amorim Ministro do Estado da Defesa. Brasília, DF, 25 de março de 2014L. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes03/diretriz_ministerial.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD 42-M-02**: Doutrina de Logística Militar, Brasília, DF, ed. 3, 2016.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD 42-R-01**: Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas, Brasília, ed. 1, 2015a.

_____. Ministério de Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB-70-MC-10.221**: Manual de Campanha Cooperação Civil-Militar. Brasília, DF, ed. 1, 2017a.

_____. Ministério da Defesa. Portaria nº 036, de 16 de dezembro de 1999 - Departamento Geral de Serviços. Aprova as Instruções Reguladoras das Atividades de Remonta e Veterinária em Tempo de Paz (**IR-70-19**). Brasília, DF. 1999.



CASTRO, Fábio Benvenuti. **A Logística na Guerra do Golfo: A Logística constitui um sistema operacional com o propósito de prover e prover recursos de toda ordem que permitam a realização de campanhas militares.** Tal esforço ficou bastante evidenciado em um dos mais recentes conflitos da Era Contemporânea: a Guerra do Golfo.. 2003. Disponível em: <<http://www.segurancaedefesa.com/index.php/artigos/231-a-logistica-na-guerra-do-golfo>>. Acesso em: 29 mar. 2018

CID, Mauro Cesar Barbosa; GOLDONI, Luiz Rogério. **Complexidade logística nas operações de manutenção de paz: um desafio.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p.118-135, 25 jul. 2017. Semestral.

ESCOTO, Roberto. **Guerra Irregular: A Brigada de Infantaria Paraquedista como Força de Pacificação no Complexo da Maré.** Doutrina Militar Terrestre em Revista, p. 6-25, jan-jun, 2015.

ESCOTO, Roberto. **Guerra Irregular - A Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro na Pacificação de Favelas do Rio de Janeiro.** MilitaryReview, p. 3 - 14, Janeiro - Fevereiro, 2016.

MANNING, Louise; SOON, Jan Mei. **Food Safety, Food Fraud, and Food Defense: A Fast Evolving Literature.** Journal Of Food Science: Institute of Food Technologists. Preston, United Kingdom, p. 823-834. 26 jan. 2016.

MITENIUS, Ned; KENNEDY, Shaun P.; BUSTA, Frank F. Food Defense. In: MORTAJEMI, Yasmine; LELIEVELD, Huub (Ed.). **Food Safety Management: A Practical Guide for the Food Industry.** St. Paul, Mn, Usa: Elsevier Science & Technology,, 2014. Cap. 35. p. 937-958. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-12-381504-0.00035-4>>. Acesso em: 13 set. 2019.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. **A Guerra Terceirizada: As Empresas Privadas de Segurança e a “Guerra ao Terror”.** Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.64-77, mar. 2010. Quadrimestral.

PEREIRA, Fabio da Silva. **O ambiente interagências nas Operações de Pacificação do Complexo da Maré.** 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015

SANT’ANNA NETO, João Lima. **Decálogo da Climatologia do Sudeste Brasileiro.** Revista Brasileira de Climatologia, São Paulo, v. 1, n. 1, p.43-60, dez. 2005.